

2 **Dumping salarial: revelado o maior caso em Zurique**

3 **Eleições europeias: subida da extrema-direita e dos Verdes**

4 **Lei de estrangeiros e integração: reforço de instrumentos repressivos**

Nr. 4 | Junho 2019 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Greve das mulheres, 14 de Junho de 2019

A Suíça vibrou com a onda lilás



As mulheres modificam a Suíça com a sua mobilização

No passado dia 14 de Junho escreveu-se história na Suíça. Várias centenas de milhares de mulheres e homens solidários participaram nas empresas e na rua na greve das mulheres. Em toda a Suíça foram realizadas pausas de greve, manifestações e inúmeras pequenas acções. Um sinal barulhento e forte para gritar que a igualdade tem finalmente de avançar e que as mulheres merecem respeito, mais salário e mais tempo.

Pausas laborais, acções e manifestações

A greve das mulheres do dia 14 de Junho ultrapassou todas as expectativas. As manifestações foram ainda maiores do que as da greve das mulheres de 1991. De destacar foi sobretudo a grande participação de mulheres jovens. A partir da madrugada, mulheres de todas as regiões do país e de todos os sectores mobilizaram-se para reivindicar os seus direitos. Desde Le Locle e Le Sentier até Genebra e Grenchen, Wangen e Winterthur, foram numerosas as mulheres que seguiram a convocatória dos sindicatos. No caso, por exemplo, do Vallée de Joux, coração da indústria relojoeira e berço da greve de mulheres de 1991, mais de 500 mulheres prolongaram a sua pausa de almoço para exigir mais tempo e respeito. Noutras cidades, muitas mulheres interromperam o seu trabalho às 11 manhã para exigir reconhecimento do seu trabalho, salários mais altos e horários de trabalho que permitam conciliar trabalho e família. À tarde tiveram lugar impressionantes manifestações nas cidades mais importantes: mais de 160 000 pessoas em Zurique, 40 000 em Basileia e Berna, cerca de 60 000 em Lausanne, perfazendo um total claro de mais de meio

milhão de pessoas em toda a Suíça. As ruas pintaram-se de lilás para denunciar, 28 anos depois da promulgação da lei da igualdade e da primeira greve feminista, a diferença salarial, que continua a ser significativa.

As reivindicações do Unia em relação à igualdade

Agora, as mulheres vão continuar a trabalhar para que as suas reivindicações sejam realizadas:

- Fim da discriminação salarial: exigimos inspecções e sanções às empresas que não praticam a igualdade salarial.
- Salários mínimos de, pelo menos, 4000 francos e uma subida substancial dos salários baixíssimos nos ramos ditos «femininos» (assistência e cuidados de saúde, vendas a retalho, limpezas, indústria relojoeira, hotelaria-restauração, cabeleireiros).
- Contratos colectivos de trabalho abrangentes, sobretudo nos ramos «femininos».
- Pensões de reforma decentes que assegurem a existência das mulheres após a aposentação, sem aumento da idade da reforma.
- Licença de paternidade de 8 semanas, de maternidade de 18 semanas e parental de, no mínimo, 24 semanas.

■ Jornadas de trabalho mais curtas, fim do trabalho por chamada e fim da disponibilidade permanente.

■ Licenças para a assistência a familiares.

■ Creches infantis e oficinas de tempos livres públicas.

Os empregadores podem dar a primeira prova de que se mexem já no Outono, quando os salários forem negociados, e subir os salários das mulheres!

Reivindicações das mulheres migrantes

Nos ramos ditos «femininos» trabalham muitas mulheres migrantes. Todas estas reivindicações são, por isso, para elas importantes. Mas as mulheres migrantes têm

problemas específicos e as suas próprias reivindicações. Exigem o fim das múltiplas discriminações a que estão sujeitas. Isto compreende sujeitar o trabalho em casas privadas à lei do trabalho. A Suíça tem de reconhecer competências e diplomas adquiridos no estrangeiro. E tem de reconhecer motivos de fuga especificamente femininos e garantir às mulheres estrangeiras segurança e protecção contra violência e exploração. Em especial, as mulheres estrangeiras vítimas de violência doméstica devem poder separar-se do homem agressor sem que, por isso, ponham em risco a sua autorização de estadia na Suíça.

Montaña Martín e Marília Mendes



A Torre da Roche em Basileia assinala apoio à greve das mulheres

Editorial



Estimados/as colegas

Em Maio de 2019 foi-me confiada a direcção da área de migração. Regresso assim «às minhas raízes sindicais» após 10 anos de trabalho numa secção. Foi em 2004, ano em que o Unia foi criado, que comecei a trabalhar para o sindicato como secretário pela migração. Foi uma época interessante e movimentada, uma experiência enriquecedora.

Sinto-me honrado pela confiança que em mim depositaram e alegro-me pela oportunidade de enfrentar os desafios com uma equipa e delegados sindicais empenhados. Esta cooperação entre o aparelho profissional e os delegados sindicais deve continuar a ser exemplar.

As experiências mostram que o nosso trabalho tem uma repercussão directa numa melhor situação dos nossos filiados. Por exemplo, em 2006, após uma longa luta do Unia, foram abolidos os vistos de trânsito para estrangeiros de países terceiros que tinham de atravessar países da UE entre o seu país de origem e a Suíça. Os nossos sócios deixaram de ter de esperar muitas horas nas longas filas das embaixadas da UE para obter um visto.

Entretanto, o clima político tornou-se mais áspero. A campanha da direita contra os migrantes tornou a xenofobia socialmente aceitável. As leis relativas a estrangeiros foram agravadas com consequências directas para muitos dos nossos sócios. O dumping salarial é um problema crescente. Ao mesmo tempo, a protecção salarial está a ser politicamente atacada. A iniciativa do SVP/UDC é, também, um ataque frontal à livre circulação de pessoas. Mas, juntos, iremos combater com êxito os ataques às nossas conquistas e aos nossos valores progressistas. Somos muitos e a unidade na diversidade é a nossa força!

Hilmi Gashi, responsável pela Migração

Notícias breves

Trabalhas na hotelaria e restauração ou nas limpezas e queres fazer formação profissional?

Progredir – formação profissional para migrantes nos sectores da Hotelaria e Restauração e das Limpezas

- Trabalhas na hotelaria e restauração ou das limpezas há vários anos?
- Gostarias de melhorar os teus conhecimentos da língua local e as tuas competências profissionais?
- Gostarias de obter uma qualificação profissional reconhecida nos sectores da hotelaria e restauração ou das limpezas?

Interessado/a? Então, entra em contacto connosco!

A formação tem início em Setembro de 2019 e terá lugar em Lausana ou Vevey. Podes inscrever-te para a sessão de informação ou obter mais informações através dos seguintes contactos: Unia Vaud, Isabelle Smekens, T 079 515 63 13, isabelle.smekens@unia.ch
ECAP Vaud, Andrea Leoni, T+41 320 13 27, aleoni@ecap.ch, www.progredir.ch

ECAP

A Suíça precisa, no mínimo, de quatro semanas de licença de paternidade

Na Suíça, as crianças ainda são, em primeiro lugar, da responsabilidade das mulheres. Se estiverem doentes, a mãe fica em casa. Se a babysitter estiver ausente ou o pai não puder ficar com as crianças à última da hora, é a mãe que organiza tudo. E, na maioria das famílias, os pais trabalham a tempo inteiro e as mães a tempo parcial ou mesmo sem remuneração. Se a Suíça não quiser ficar para trás na política familiar, os cuidados com os filhos devem passar a ser da responsabilidade de ambos os pais.

A União de Sindicatos Suíços (USS) saúda o facto de a comissão permanente do Conselho de Estados concordar com a introdução de uma licença parental paga e regulada por lei. Mas nesta sessão de Verão do Parlamento está em discussão, para já, uma solução mínima: a Suíça precisa indiscutivelmente de uma licença de paternidade, mas não apenas de duas semanas, como sugere a contraproposta da comissão permanente do Conselho de Estados. Necessárias seriam, no mínimo, oito semanas para que todos os pais, independentemente do seu empregador, pudessem fazer parte da família desde o início, assumir a responsabilidade pelos filhos e aliviar as mães. Para que os filhos não sejam só um assunto das mães, mas de ambos os pais. Contudo, a fim de evitar atrasos na implementação desta licença, a USS concorda com as quatro semanas reivindicadas pela iniciativa popular como um primeiro passo, que tem de ser depois devidamente aplicado através das leis adequadas.



Luta contra o dumping salarial Zurique: Unia revela o maior caso de dumping salarial da Europa

Na Suíça, o trabalho é cada vez mais precário. A protecção salarial está sob ataque. O Unia luta contra diferenças salariais e quer evitar que trabalhadores locais e da UE sejam colocados uns contra os outros.



Os trabalhadores de Goger-Swiss AG foram enganados em milhões de francos

O dumping salarial está na ordem do dia na Suíça. Casos escandalosos de dumping salarial são, com frequência, manchetes dos jornais. Mas estes casos são apenas a ponta do iceberg. O dumping salarial é um problema generalizado, presente em muitos sectores.

Trabalhadores lesados em 10 milhões aproximadamente

Durante muito tempo, o Unia lutou sozinho contra o dumping salarial excessivo na empresa Goger-Swiss AG. Mas agora uma inspeção detalhada e inúmeros processos comprovam que o Unia tinha toda a razão! A Goger-Swiss AG é, de longe, responsável pelo maior caso de dumping salarial em Zurique. Burlou os trabalhadores em cerca de 10 milhões de francos.

Necessária mais protecção salarial

O caso mostra, claramente, que a Suíça não precisa de menos, mas sim de mais protecção salarial. Actualmente, temos de partir do princípio que o mercado para trabalhos de estucagem, em Zurique – de longe o maior local de construção civil da Suíça – esteve praticamente parado durante a «era Goger». Ninguém era mais barato do que Goger; quase todas as grandes encomendas lucrativas foram para ele. Os empregadores correctos e todos os trabalhadores da Goger foram negligenciados

Trabalhadores explorados nos estaleiros de construção civil dos transportes públicos de Genebra

Depois de Zurique e Ticino, Genebra é afectada por um grave caso de dumping salarial nas empresas de transportes públicos (TPG). Parte dos salários de cerca cinquenta trabalhadores do sul de Itália, foi desviado das suas contas bancárias. Este aumento de infracções mostra claramente que a protecção salarial na Suíça precisa ser reforçada.

bra é afectada por um grave caso de dumping salarial nas empresas de transportes públicos (TPG). Parte dos salários de cerca cinquenta trabalhadores do sul de Itália, foi desviado das suas contas bancárias. Este aumento de infracções mostra claramente que a protecção salarial na Suíça precisa ser reforçada.

Por trabalho seguro e digno

A protecção salarial e os direitos dos trabalhadores, na Suíça, têm de ser reforçados. O Unia continuará a exercer pressão com acções e mobilizações e a investigar casos de dumping salarial, sem contempções.

Todos têm direito a um trabalho seguro e digno.

Página web Unia (adoptado)

Lucerna: sucesso da greve de mulheres: Mulheres da limpeza fizeram greve contra trabalho grátis

As trabalhadoras da empresa A&M Duraes Reinigung + Hauswartung GmbH fizeram uma greve de cerca de três horas contra trabalho gratuito, tempo de viagem não pago e um mau ambiente de trabalho. A sua luta foi um sucesso: chegaram a um acordo rápido com o proprietário da empresa.



As mulheres exigiram respeito para o seu trabalho

Queixas contra a empresa

As empregadas da empresa A&M Duraes Reinigung + Hauswartung GmbH tinham algumas queixas contra a empresa: trabalho gratuito, tempo de viagem não pago e um ambiente de trabalho em que assédio e insultos faziam parte do dia-a-dia. As cerca de 24 trabalhadoras da empresa tinham de preparar o material para o dia um quarto de hora antes de iniciarem o trabalho e sem serem pagas. Em caso de trabalhos fora de Lucerna, o tempo de viagem – apesar de ser feito por ordem da empresa – não era pago.

Greve das mulheres

Por ocasião da greve das mulheres no dia 14 de Junho, as trabalhadoras da empresa entraram de manhã em greve. Juntamente com o Unia exigiam o fim do trabalho gratuito, que as viagens por ordem da empresa fossem pagas, de acordo com a lei, e respeito no local de trabalho.

A greve deu resultado

Albino Duraes, proprietário da empresa, cedeu à pressão das trabalhadoras e do sindicato Unia e concordou em negociar. As negociações foram bem-sucedidas: o proprietário garantiu que as viagens e o tempo de preparação dos materiais passariam a ser pagos. As mulheres decidiram então terminar a greve e deixar de bloquear a empresa.

O sucesso é possível

O sucesso mostra duas coisas: por um lado, nos chamados ramos femininos, como as limpezas, as condições de trabalho muitas vezes nem correspondem aos mínimos estabelecidas nos contractos colectivos de trabalho. Mas mostra também que os sucessos na luta por melhores condições de trabalho são possíveis.

Comunicado Unia

Eleições europeias: a 26 de Maio de 2019 a UE elegeu um novo Parlamento

Um Parlamento Europeu algo excêntrico

A taxa de participação nas eleições foi elevada, 450 milhões de cidadãos em 28 estados-membros foram às urnas. Os resultados: a extrema direita e os populistas ganharam terreno. Os Verdes também. Em contrapartida, os grandes partidos, tanto os socialistas como os partidos do centro e da direita, continuam a decair.

A Direita dura

Há pouco menos de 18 meses, os nacionalistas de direita, como a francesa Marine Le Pen ou o italiano Matteo Salvini, queriam abandonar o Euro e a UE. Agora decidiram em força tomar o poder. E tornaram-se os partidos mais fortes nos seus próprios países. A Liga de Salvini conseguiu 34% dos votos, sendo só ultrapassada pelo húngaro Viktor Orbán, que ganhou a maioria absoluta. Se a extrema direita europeia não estivesse tão dividida, poderiam mesmo constituir o maior grupo político do Parlamento Europeu com cerca de 170 deputados (de um total de 751). No entanto, ainda não foi desta vez que a extrema direita tomou o poder.

Os Verdes

A catástrofe climática e outros desastres ecológicos favoreceram os Verdes. Na Alemanha, tornaram-se o segundo partido mais forte com 21% e na França, surpreendentemente, o terceiro. Problema: existem apenas na parte ocidental da Europa. Assim, estarão representados em Estrasburgo com 79 deputados, no máximo (pouco mais



de 10%). Muito pouco, em comparação com a mobilização dos jovens, muito pouco para uma decisiva mudança de rumo ecológica.

Mudança social

A outra questão decisiva para a Europa é a segurança e justiça sociais. São muitos os problemas. Contudo, mais de dois terços dos novos eurodeputados

apoiam um capitalismo abusivo. Só menos de 100 dos novos eurodeputados defendem sem reticências uma Europa social.

Impulsos da rua

Os impulsos para a mudança social e ecológica devem vir de fora. Dos sindicatos e da rua.

Oliver Fahrni, *workzeitung* (adaptado)

Trabalho temporário e precariedade

Sindicatos exigem regularização de trabalho temporário

O trabalho temporário, na Suíça, atingiu proporções inquietantes: Desde 1995, a sua parte do volume total de trabalho quintuplicou para 2,6%.

O Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) de agências de trabalho temporário, introduzido em 2012, trouxe importantes progressos para os trabalhadores do ramo. No entanto, os trabalhadores temporários continuam em clara desvantagem em relação aos trabalhadores efectivos. Em muitos casos ganham menos, estão expostos a um maior risco de acidentes e têm piores possibilidades de evolução na carreira.

Sindicatos exigem condições de trabalho iguais

Numa conferência de imprensa da União de Sindicatos Suíços (SGB/USS), o Unia e outros sindicatos exigiram medidas para melhorar a situação dos trabalhadores temporários.

Estes devem ter as mesmas condições de emprego que os empregados regulares. Além disto, o governo federal e os cantões devem estipular os limites máximos da percentagem para a contratação temporária.

Trabalho temporário não deve tornar-se regra

Vania Alleve, presidente do Unia, exigiu na conferência de imprensa: «Todos os sectores e empresas que têm um contrato colectivo de trabalho devem aplicá-lo também aos trabalhadores de agências de trabalho temporário». Ao mesmo tempo, advertiu que as condições de trabalho precárias poderão tornar-se a norma: «Se queremos oferecer aos trabalhadores, na Suíça, não só um emprego, mas um emprego bom

e seguro para que possam construir um futuro, o trabalho temporário não deve ser a regra, mas, no máximo, uma solução transitória».

Também para temporários deve aplicar: salário igual para trabalho igual

O trabalho temporário está a generalizar-se. Desde 1995, o volume de trabalho prestado por trabalhadores temporários quintuplicou. Isto reflecte apenas uma mudança de espírito? Ou não é antes reflexo de uma grave precarização da mão-de-obra? Os trabalhadores precisam de trabalho seguro, não precário!

Página web do Unia (adaptado)



Congresso da CES: entrevista

Sindicatos europeus querem uma Europa social

O 14.º Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) decorreu entre 21 e 24 de Maio, em Viena, na Áustria. As duas centrais sindicais suíças, USS e Travail Suisse, estiveram presentes. O Horizonte falou sobre ele com Marília Mendes, secretária do Unia pela migração.

Marília, foste delegada da USS ao Congresso da CES. Qual foi o tema principal?

O Congresso teve lugar na semana das eleições para o Parlamento Europeu e estas foram, juntamente com a questão do rumo futuro da União Europeia (UE), talvez o tema mais importante. O ataque anunciado por grupos extremistas, de direita e nacionalistas, que querem ter uma representação mais forte no Parlamento Europeu e destruir a UE enquanto projecto social, suscitou grande preocupação. O mote do Congresso, «Uma Europa mais justa para os trabalhadores», enquadrou-se neste cenário político e resumiu as reivindicações. Só uma UE social pode vencer o medo na Europa e contrariar as forças antidemocráticas.

Mas os desafios do futuro não foram esquecidos: o trabalho na era da digitalização e automatização, uma economia ecológica, sustentável e justa para os trabalhadores, igualdade entre homens e mulheres, políticas de juventude e migração também estiveram no centro dos debates...

Quais foram as dimensões do congresso e quem participou?

A CES representa 45 milhões de filiados de 39 países europeus. O Congresso contou com a participação de mais de 600 delegados de cerca de 90 sindicatos vindos de 38 países, bem como de 10 federações europeias. Havia delegados de sindicatos de todos os cantos da Europa (por ex. Irlanda, Turquia, Portugal, Finlândia...). Foi falado e traduzido em 14 línguas. Além disso, estiveram presentes cerca de 400 convidados, entre outras, de confederações sindicais americanas, canadenses e latino-americanas.

Houve decisões particularmente importantes para os sindicatos suíços?

Em princípio, não. No ano passado, as confederações sindicais suíças receberam grande apoio dos sindicatos da UE em matéria do acordo-quadro e da defesa das medidas de acompanhamento. A posição clara do Congresso por uma Europa social confirma esta linha.

Uma decisão do Congresso foi dolorosa para a comissão de pensionistas: o Unia participa activamente na FERPA, a Federação Europeia de Reformados. A FERPA não tem direito de voto nos órgãos da CES. Este ano, mais uma vez, o direito de voto foi rejeitado. É pena, porque os pensionistas dão um contributo importante para a vida sindical e representam importantes preocupações sociais.

A impressão que se tem é que os sindicatos operam principalmente a nível local e/ou nacional e estão menos preocupados com o aspecto internacional, enquanto que o capital e as empresas actuam globalmente e apresentam um lobby político «solidário». Como avalia a cooperação sindical em geral?

É verdade que muitas vezes nos sentimos sós e virados para as nossas questões nacionais. No entanto, há milhões de trabalhadores com preocupações idênticas e muitos sindicatos a trabalhar nas mesmas questões. Podíamos enfrentar estas questões juntos e aprender mais uns com os outros. E, no entanto, há mais trabalho internacional do que parece. Um exemplo é a referida solidariedade dos sindicatos da UE com a nossa luta pela salvaguarda das medidas de acompanhamento.

Para terminar, o que concluiu o Congresso da CES e qual é a tua impressão geral?

Para o congresso foi claro: A UE tem de ser mais social e representar menos os interesses de empregadores e capital. Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia, resumiu o papel dos sindicatos: O mundo do trabalho caracteriza-se por desigualdade e discriminação. Estas destroem a democracia. Os sindicatos são o baluarte contra estas forças destrutivas. Isto dá-nos grande responsabilidade, mas também a possibilidade de trabalhar para mudanças positivas: Por mais justiça, igualdade de direitos e de oportunidades para os trabalhadores e para os mais fracos da sociedade. Isto une os sindicatos. A união de tantas pessoas de origens diferentes é uma das coisas mais belas que se vive num congresso como este. Isto dá-me a certeza de que um mundo de diversidade é possível e que vale a pena empenharmo-nos por ele.

Pergunte, que nós respondemos

Subsídios diários: Podem ser feitos descontos destes em caso de doença?

Há algum tempo estive gravemente doente e, portanto, incapaz de trabalhar. Estou abrangido por um subsídio diário de doença através da minha empresa. Ao analisar a actual folha de salário, constatei que o meu chefe deduziu do subsídio de doença os descontos para AHV-AVS, IV-AI, EO-APG, seguro de desemprego e Caixa de Pensões, bem como os prémios de acidente, profissional ou não (SUVA/NBU), além do seguro diário de doença. Ele pode fazer isto?

David Aeby: Não. Os subsídios diários das seguradoras não fazem parte dos rendimentos sujeitos a contribuições obrigatórias, pelo que não são sujeitos a descontos para AHV-AVS, IV-AI, EO-APG, ALV-AC, SUVA/NBU. Os subsídios diários não são um salário pago pela empresa, mas são um substituto, pago pela companhia de seguros, do salário em falt. Regra geral, isto significa que também não tem de pagar quaisquer prémios para o seguro de subsídios diários, uma vez que hoje em dia, os prémios do seguro também estão, na maioria dos casos, sujeitos a contribuições. Se além do dinheiro do seguro, a empresa acrescentar uma percentagem do salário, então esta está sujeita a contribuição. O mesmo se aplica aos subsídios diários adiados, se a empresa pagar os primeiros 30 dias de baixa por doença ou acidente e o seguro cobrir apenas os custos a partir do 31.º dia. Só as prestações do seguro estão isentas da obrigação de pagar contribuições. Se a pensão de Caixa de Pensões está isenta de contribuições, depende da regulamentação da caixa.

Work, 31.5.2019

Invalidez: a Caixa de Desemprego pode reduzir os subsídios diários?

Pouco depois de ter perdido o emprego, sofri um acidente grave. As dores são tão fortes e constantes que tive de me inscrever no seguro de invalidez. Foi-me atribuída uma pensão de 50%. Desde então, a Caixa de Desemprego quer reduzir os meus rendimentos segurados e, por conseguinte, o meu subsídio diário. A Caixa de Desemprego pode fazer isso?

Nicole Debrunner: Sim. O procedimento da Caixa de Desemprego está correcto. A obrigação de pagamento das prestações do seguro de desemprego está limitada à capacidade de trabalho do segurado, depois de retirada a percentagem de invalidez, no seu caso 50%. Se uma pessoa ficar incapacitada imediatamente, antes ou durante o desemprego, a sua capacidade para trabalhar já não corresponde à que existia antes do desemprego. No entanto, o cálculo dos subsídios diários é feito com base nos rendimentos auferidos antes da invalidez. Recebe do IV-AI uma meia pensão, o que, por sua vez, significa que está apenas apto para trabalhar a 50%. Consequentemente, a Caixa de Desemprego ajustou os rendimentos segurados. O ajuste é feito a partir do mês em que tem direito a uma pensão IV-AI. No entanto, a pensão IV-AI serve para compensar a redução do subsídio de desemprego.

Work, 26.4.2019

Lei de estrangeiros e de integração (LEI) Reforço de instrumentos repressivos

A nova Lei de estrangeiros e de integração (LEI) diz ter por objectivo a melhor integração de estrangeiros na Suíça. Na realidade, cimenta a prática de autorizações restritiva e chega mesmo a reforçar instrumentos repressivos, em especial sobre pessoas com dificuldades financeiras reais ou em relação às quais se pense que possam vir a ter dificuldades no futuro.



A nova lei de estrangeiros reforça instrumentos repressivos

O reagrupamento familiar pode ser recusado por a pessoa que vive na Suíça receber prestações complementares? Uma autorização de residência permanente (C) pode ser retirada por a pessoa receber ajuda social? São necessários conhecimentos da língua local para a obtenção de uma autorização de estadia? Tudo isto é possível com a LEI.

O que é a LEI

A LEI entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2019. Ela regulamenta em especial a entrada e estadia na Suíça de cidadãos de países que não fazem parte da União Europeia (UE) nem da EFTA. Para cidadãos da UE, determinante é, em primeiro lugar, o Acordo de livre circulação de pessoas. No entanto, a LEI também é importante, sobretudo no que diz respeito à atribuição de autorizações de residência permanente (permis C).

Condições mais difíceis

A nova lei torna mais difícil a obtenção de autorizações de estadia (B) ou de residência permanente porque exige, para isso, «critérios de integração». Respeito da segurança e ordem públicas, respeito dos valores da constituição, domínio da língua local (só em caso de adultos) e participação na vida económica (quer dizer, trabalhar) ou estar em formação, são os «critérios de integração» que decidem se uma autorização de estadia ou de residência permanente é concedida, retrogradada (passada de C para B) ou retirada.

Limitação ao reagrupamento familiar

Estes «critérios de integração» são ainda importantes para o reagrupamento familiar. O não preenchimento destes critérios, sobretudo a dependência da ajuda social, pode levar à limitação do reagrupamento familiar até para suíços, cidadãos da UE e pessoas

com uma autorização C. Além disso, o reagrupamento familiar pode ser condicionado se as autoridades considerarem haver o risco de dependência futura da ajuda social. As prestações complementares, bem como o auxílio para os prémios do seguro de saúde podem servir de indicadores. Há, ainda, uma limitação a 14 meses do prazo para reagrupamento familiar.

Perda ou retrogradação das autorizações de estadia

Se as pessoas não cumprirem os «critérios de integração», isto pode levar à revogação ou à retrogradação da autorização C ou à perda da autorização B. A revogação da autorização não tem de passar por uma retrogradação. Isto quer dizer que quem, p. ex., não puder provar a «vontade de participar na vida económica» e recebe ajuda social, pode ter de vir a deixar a Suíça. É este o caso quando recebe ajuda social considerável e há algum tempo. A retirada da autorização C também passa a ser possível para quem está há mais de 15

anos na Suíça. Depois da retrogradação de uma autorização C para uma autorização B, as autoridades podem exigir a celebração de um contrato de integração (ou recomendação de integração, no caso de cidadãos da UE). Em caso de revogação da autorização B, a pessoa tem de deixar a Suíça.

Troca de informações entre as autoridades

A LEI prevê que as autoridades troquem informações e que tenham o direito a requerer a consulta de casos. Informações, entre outras, sobre processos penais ou civis, a recepção de subsídios ou de ajuda social, de prestações complementares da AHV e ou da IV podem ser utilizadas para medir a «medida da integração». Agora também podem ser requeridas às autoridades escolares informações sobre medidas disciplinares.

É importante garantir os direitos

Apesar de a LEI conter algumas melhorias (p. ex. cria condições para uma mais rápida integração no mundo do trabalho de refugiados, requerentes de asilo e pessoas provisoriamente admitidas na Suíça), ela significa em primeiro lugar um endurecimento da lei de estrangeiros. É por isso importante garantir que não há abusos e, no mínimo, os direitos das são respeitados e garantidos.

Hilmi Gashi

Conhecimentos da língua: No caso de cidadãos da Bélgica, Dinamarca, Alemanha, França, Lichtenstein, Grécia, Itália, Holanda, Áustria, Portugal e Espanha, os conhecimentos da língua local não podem ser usados como critério para a atribuição, revogação ou retrogradação de uma autorização de residência permanente (permis C).



A nova lei de estrangeiros põe em causa o princípio da igualdade perante a lei